

Poder Executivo Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARIBARA

ESTADO DO CEARÁ

GABINETE DO PREFEITO

Página 1 de 5

LEI Nº 761/2011, DE 4 DE MARÇO DE 2011.

Dispõe sobre a prevenção e controle das Zoonoses e Endemias no Município de Jaguaribara e dá outras providências

O PREFEITO MUNICIPAL DE JAGUARIBARA

Faço saber que a Câmara Municipal de JAGUARIBARA aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

-CAPÍTULO I- **- DOS CONCEITOS E OBJETIVOS-**

Art. 1º - As ações do Poder Público Municipal objetivando o controle das populações animais, a prevenção e o controle das Zoonoses e Endemias no Município de Jaguaribara, serão reguladas por esta lei:

Art. 2º - Para efeito desta lei, entendem-se os seguintes conceitos:

I – ZOONOSE: Infecção ou doença infecciosa transmissível naturalmente entre animais vertebrados e o homem e vice-versa;

II – AUTORIDADE SANITÁRIA: Médico Veterinário ou Outros Profissionais que sejam contratados ou concursados para a função de fiscalização e controle de animais dentro do âmbito do município de Jaguaribara, estado do Ceará;

III – ÓRGÃO SANITÁRIO RESPONSÁVEL: Secretária Municipal de Saúde;

IV – ANIMAIS DE ESTIMAÇÃO OU DOMÉSTICOS: Os de valor afetivo, passíveis de conviver com o homem;

V – ANIMAIS DE INTERESSE ECONÔMICO: As espécies domésticas, criadas, utilizadas ou destinadas à produção econômica;

VI – ANIMAIS UNGULADOS: Os mamíferos com os dedos ou pés revestidos por cascos;

VII – ANIMAIS SOLTOS: Todo e qualquer animal errante, encontrado sem nenhum processo de contenção;

VIII – ANIMAIS APREENDIDOS: Todo e qualquer animal capturado por servidores credenciados pelo Município de Jaguaribara, compreendendo desde o instante da captura, transporte e alojamentos nas dependências da Secretaria Municipal de Saúde;

IX – ALOJAMENTOS MUNICIPAIS DE ANIMAIS – São as dependências apropriadas da Secretaria Municipal de Saúde para alojamento e manutenção dos animais apreendidos;

X – CÃES MORDEDORES VICIOSOS: Os causadores de mordeduras as pessoas ou a outros animais em logradouros públicos;



Poder Executivo Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARIBARA

ESTADO DO CEARÁ

GABINETE DO PREFEITO

Página 2 de 5

XI – MAUSTRATOS: Toda e qualquer ação voltada contra os animais e que implique crueldade, especialmente na ausência de abrigo, cuidados veterinários, alimentação necessária, excesso de peso de carga, tortura, uso de animais feridos, submissão as experiências pseudo-científicas e o que mais dispõe o Decreto Federal de nº 24.645 de 10 de julho de 1934 e a Declaração Universal dos Direitos dos Animais, de 27 de Janeiro de 1987, também, a Lei Federal de Crimes Ambientais de nº 9.605, 12 de Fevereiro de 1998 e o artigo 225 do Capítulo VI de Meio Ambiente da Constituição Federal de 1988;

XII – CONDIÇÕES INADEQUADAS: A manutenção de animais em contato direto ou indireto com outros animais agressivos ou portadores de doenças infecciosas ou zoonoses, ainda, que seja em alojamentos de dimensões inapropriadas a sua superfície ou porte ou aqueles que permitem a proliferação de animais sinantrópicos;

XIII – ANIMAIS SELVAGENS: Os pertencentes a animais não domesticas;

XIV – FAUNA EXÓTICA: Animais de espécies estrangeiras;

XV – ANIMAIS SINANTRÓPICOS: As espécies que, indesejavelmente, convivem com o homem, tais como os roedores, as baratas, as moscas, os pernilongos, as pulgas e outros;

XVI – COLEÇÕES LÍQUIDAS: Qualquer quantidade de água parada;

XVII – ZONA URBANA: Compreende imóveis situados no perímetro rural ou no campo, definido no Plano Diretor do Município;

XVIII – ZONA URBANA: Compreende imóveis situados no perímetro urbano, definido no Plano Diretor do Município;

XIX – RESPONSÁVEL PELOS ALOJAMENTOS MUNICIPAIS: Médico Veterinário registrado no Conselho Regional de Medicina Veterinária;

XX – CÃES PERIGOSOS: Cães com classificação de guarda e comprovadamente agressivos;

Art. 3º - Constitui objetivos básicos das ações de prevenção, controle de zoonoses e endemias;

I – Prevenir, reduzir e eliminar a morbidade e a mortalidade bem como, o sofrimento dos animais causado por doenças e maus tratos;

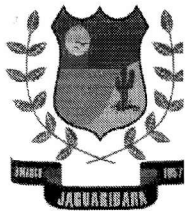
II – Preservar a saúde da população humana, protegendo-as contra zoonoses, endemias e agressões de animais mediante o emprego de conhecimentos especializados e experiências em saúde pública;

Art. 4º É proibida a permanência, manutenção e trânsito dos animais nos logradouros públicos ou locais de livre acesso ao público, exceto:

I – Em estabelecimento adequadamente instalado para criação, manutenção, venda, exposição, competição, tratamento e internação de animais e nos abatedouros, quando licenciados pelo órgão competente, na forma da lei;

II – Em logradouros públicos, quando se tratar de cães ou gatos vacinado contendo coleira e conduzidos pelo proprietário ou responsável, com idade e força física suficientes para controlar os movimentos dos animais de tração, providos dos necessários equipamentos para a contenção e conduzidos pelo proprietário ou responsável, com idade que possa assumir as responsabilidades legais e com força física e habilidade para controlar os movimentos do animal;

II – Em logradouros públicos, quando se tratar de cães-guias de pessoas deficientes e visuais ou se tratar de animais utilizados pela Polícia Militar, Corpo de Bombeiros ou outra corporação de utilidade pública conduzida e acompanhada pelo responsável por sua guarda.



Poder Executivo Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARIBARA

ESTADO DO CEARÁ

GABINETE DO PREFEITO

Página 3 de 5

- CAPÍTULO II - **- DAS APREENSÕES -**

Art. 5º - Será apreendido todo e qualquer animal que são:

- I – Os encontrados em desobediência ao estabelecimento nesta lei;
- II – Os suspeitos de raiva, leishmaniose ou outras zoonoses;
- III – Os submetidos aos maus-tratos por seu proprietário ou preposto dele;
- IV – Os mantidos em condições inadequadas de vida ou alojamento;
- V – Os que cuja criação ou uso esteja em desacordo com a legislação federal, estadual vigente;
- VI – Os mordedores viciosos, condição esta constada pela autoridade sanitária ou comprovada mediante boletim de ocorrência policial.

Art. 6º - Os animais apreendidos poderão ter a seguinte destinação, a critério do órgão sanitário responsável:

- I – Resgate pelo proprietário ou Responsável;
- II – Leilão em haste em pública;
- III – Doação para entidades de ensino e pesquisa, desde que sejam obedecidas rigorosamente as legislações municipal, estadual e federal vigentes;
- IV – Abate, quando for possível ser consumido pela humanidade;
- V – Adoção por particulares;
- VI – Doação para entidades protetoras de animais, devidamente cadastradas;
- VII – Eutanásia;

§ 1º - O resgate dos animais apreendidos depende de requerimento do interessado com pagamento da multa e dos custos da apreensão, ficando os valores a serem estabelecidos em Decreto Municipal expedido pelo Chefe do Poder Executivo Municipal;

§ 2º - O animal não reclamado e não retirado no prazo máximo de quinze (15)

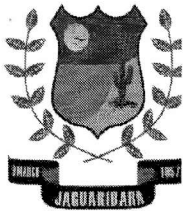
Art. 7º - O comprovante de vacinação fornecido pelo órgão municipal responsável pelo controle de zoonoses, como também a carteira emitida por médico veterinário particular, poderão ser utilizadas para a comprovação da vacinação anual;

Parágrafo Único – Da carteira de vacinação fornecida pelo médico veterinário deverão constar as informações, obedecendo à Resolução nº 656, 13 de setembro de 1999 do Conselho Federal de Medicina Veterinária.

Art. 8º - Em caso de morte do animal cabe ao proprietário dar destinação adequada ao cadáver ou seu encaminhamento ao serviço municipal competente.

Art. 9º - Os animais das espécies caninas e felinas deverão ser registrados anualmente pelo Proprietário ou Responsável ou Interessado no serviço público municipal.

Art. 10 – Qualquer animal que esteja evidenciando sintomatologia clínica de raiva, constatada por médico veterinário, deverá ser prontamente isolado obedecendo à orientação do Médico Veterinário ou do setor responsável pelo controle de Zoonose ou Prevenção de Animais da Secretaria Municipal da Saúde deste Município de Jaguaribara.



Poder Executivo Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARIBARA

ESTADO DO CEARÁ

GABINETE DO PREFEITO

Página 4 de 5

-CAPÍTULO-

- DAS MEDIDAS PREVENTIVAS DE CONSERVAÇÃO DE IMÓVEIS-

Art. 11 – Ao munícipe cabe a adoção de medidas necessárias para manutenção de suas propriedades limpas e isentas de animais de fauna sinantrópica.

Art. 12 – É proibido o acúmulo de lixo, matérias inservíveis ou outros que propiciem a instalação e proliferação de roedores e outros animais sinantrópicos.

Art. 13 – Os estabelecimentos que estoquem ou comercializem pneumáticos, ferro velho e sucata são obrigados a mantê-los permanentemente isentos de coleções líquidas ou sinantrópicos.

Art. 14 – As empresas recolhedoras de entulhos são responsáveis pelo depósito, nivelamento e compactação dos mesmos, a fim de impedir a criação e proliferação de roedores ou outros animais sinantrópicos.

Art. 15 - Na obras de construção civil é obrigatória a drenagem permanente de coleções líquidas, originadas ou não pelas chuvas de forma a impedir a proliferação de mosquitos.

-CAPÍTULO-

-DAS PROIBIÇÕES-

Art. 16 – É proibida no Município de Jaguaribara, salvo as exceções previstas nesta lei e as situações excepcionais, a juízo do órgão sanitário responsável, a criação, manutenção e alojamento de animais selvagens da fauna exótica ou em extinção previsto pelo instituto Brasileiro do Meio Ambiente – IBAMA.

Parágrafo Único – São adotadas as disposições pertinentes contidas na Lei Federal de nº 5.197, de 03 de Janeiro de 1967 no que tange à fauna brasileira.

Art. 17 – Somente será permitida a exibição artística ou circense de animais, após a concessão de licença e laudo específico emitido pelo órgão competente deste Município de Jaguaribara.

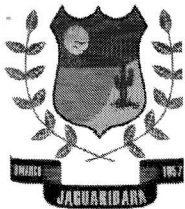
Parágrafo Único – A licença e o laudo mencionado neste artigo serão concedidos com prévia vistoria técnica do órgão competente em que serão examinadas as condições de alojamento e manutenção dos animais.

Art. 18 – O órgão municipal responsável pelo controle de Zoonoses deverá **promover** programas de educação continuada de conscientização da população, principalmente mostrando as proibições previstas nestas leis e os seus efeitos em caso de descumprimento.

-CAPÍTULO V-

-DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS-

Art. 19 – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.



Poder Executivo Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARIBARA

ESTADO DO CEARÁ

GABINETE DO PREFEITO

Página 5 de 5

Art. 20 – Ficam revogadas as disposições em contrário.

2011.

PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARIBARA, em 4 de março de


EDVALDO ALMEIDA SILVEIRA
Prefeito Municipal